Consenio de Arquitetula e orbanismo do kio diande do sul		
	PROCESSO	1000134878/2021
	PROTOCOLO	1381772/2021
	INTERESSADO	M. P. D. R. S. (M. A.)

AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

## DELIBERAÇÃO № 035/2022 - CEP-CAU/RS

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 25 de abril de 2022, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica, M. P. D. R. S. (M. A.), inscrita no CNPJ sob o nº 20.553.725/0001-14, foi autuada por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;

Considerando que a multa, imposta por meio do Auto de Infração no valor de R\$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), foi aplicada de forma correta, tendo em vista que, devidamente notificada, a parte autuada não efetivou a regularização da situação averiguada e que foram respeitados os limites fixados no art. 35, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;

## **DELIBEROU:**

**ASSUNTO** 

- 1. Por aprovar, unanimemente, o voto do relator, Conselheiro Carlos Eduardo Mesquita Pedone, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000134878/2021 e, consequentemente, da multa imposta por meio deste, em razão de que a pessoa jurídica autuada, M. P. D. R. S. (M. A.), inscrita no CNPJ sob o nº 20.553.725/0001-14, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;
- 2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 20, da Resolução CAU/BR nº 022/2012;
- 3. Por indicar ao interessado que a multa resultante do auto de infração pode ser quitada antes do trânsito em julgado; e
- 4. Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, a fim de que encaminhe o caso ao CREA-RS, uma vez que a empresa oferece serviços sujeitos à fiscalização do CREA em suas redes sociais, para que este órgão analise e tome as providências que julgar pertinentes.

Porto Alegre - RS, 25 de abril de 2022.

Acompanhada dos votos dos conselheiros Carlos Eduardo Mesquita Pedone, Ingrid Louise de Souza Dahm e Rafael Artico, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

Andréa Larruscahim Hamilton Ilha
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional